

INTERVENTIONS

A ascensão do fascismo no Brasil: Uma breve análise do caso brasileiro sob a perspectiva de Jason Stanley

Jason Stanley (2018):

Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”

São Paulo: L&PM, 208 páginas.

Renato Vicentini

Rede Pública de Ensino do Estado e do Município do Rio de Janeiro

Vinícius Carvalho da Silva

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A ascensão da extrema direita pela via democrática em diversas partes do mundo, bem como o modo como ela corrói as democracias por dentro, é o objeto de estudo do filósofo Jason Stanley (2018) em *Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”*.

Neste livro, o autor nos fornece diversos elementos que caracterizariam o fascismo: nacionalismo exacerbado, fundamentalismo religioso, racismo, xenofobia, machismo, LGBTfobia, autoritarismo político, entre outros. Assim, Stanley nos apresenta dez estratégias que seriam comuns aos governos fascistas contemporâneos para atingir os seus objetivos de poder: a ideia de retorno a um passado mítico; uso intenso da propaganda para subverter valores democráticos; ataques sistemáticos à intelectualidade; destruição da realidade por meio de teorias conspiratórias; apelo a uma rígida

hierarquia social; vitimização do grupo socialmente dominante; criminalização de grupos minoritários por meio de apelos à lei e à ordem; estímulo à ansiedade sexual do conjunto da sociedade; exaltação à vida rural em detrimento dos grandes centros urbanos; apologia ao trabalho duro em detrimento do Estado de bem-estar social.

Partindo da hipótese de que o fenômeno analisado por Stanley esteja em curso no Brasil desde a eleição de Jair Bolsonaro, aplicaremos seu método ao caso brasileiro. Analisaremos as dez características do fascismo apontadas por Stanley e como elas se aplicam ao Brasil. Caso a hipótese se confirme e o Brasil esteja vivendo uma experiência fascista, o impacto sobre o futuro nacional e o da América Latina seria grave, criaria instabilidade política e ameaçaria os ideais democráticos na região.

O passado mítico

Segundo Stanley, a gênese da política fascista reside no passado: “a política fascista invoca um passado puro que foi tragicamente destruído” (Stanley 2018: 19). Assim, o fascismo forja no imaginário social um passado nacional grandioso, heroico, patriarcal e puro, que teria sido destruído pelos valores liberais. Tais valores teriam dado origem: ao feminismo, que supostamente teria desviado as mulheres de suas funções maternas; à militância LGBT, que teria atentado contra a virilidade da nação; à receptividade aos imigrantes e seus costumes, que degradariam os valores locais, maculariam a pureza da sociedade e teriam corrompido os valores tradicionais. Tais elementos teriam conduzido a sociedade a um presente decadente.

Este passado idílico seria uma artimanha fascista para manipular politicamente o presente. É a promessa de resgate deste passado que faz com que o grupo fascista transmita seus valores – hierarquia, autoritarismo, pureza e luta – ao conjunto da sociedade, pois teria sido pela suposta perda destes valores que a mesma teria enveredado para a dita decadência atual. Logo, o revisionismo histórico estaria estruturalmente atrelado ao fascismo.

No caso brasileiro, o passado glorificado é a Ditadura Militar (1964-1985). O período é enaltecido, pois teria salvado o país do comunismo, instaurado a lei, a ordem e promovido o progresso. Bolsonaro nega que tenha havido uma ditadura de fato. Ao invés disso, teria sido um governo

legítimo, auspicioso e honesto – uma época na qual devemos nos inspirar.

Propaganda

Outra arma fascista para destruir as democracias seria o uso intensivo da propaganda para desvirtuar e corromper princípios liberais. Ou seja, eles utilizariam retórica supostamente democrática contra a democracia e contra as minorias. Deste modo, uma luta contra imigrantes pode ser apresentada como luta por “estabilidade”; a perseguição a um grupo político rival, ou ao Judiciário, pode ganhar a forma de luta “anticorrupção”; uma política de extermínio de negros e pobres pode receber a alcunha de “guerra às drogas”; a defesa de insultos raciais pode ser feita sob o manto “da liberdade de expressão” etc.

Desde o dia 15 de abril de 2020, grupos fascistas fazem manifestações públicas semanalmente em Brasília em favor do fechamento dos poderes Legislativo e Judiciário. Bolsonaro participa dessas manifestações e as defende sob a bandeira da liberdade de pensamento e expressão.

Anti-intelectualismo

Outros alvos do fascismo são as universidades, os especialistas e a mídia. O objetivo seria minar a credibilidade das instituições junto à sociedade, apresentando professores como “doutrinadores marxistas”, que por meio do “politicamente correto” silenciariam outras correntes de pensamento. Estudos de gênero, de raça, ou do Oriente Médio passam a ser estigmatizados como “marxismo cultural” (Stanley 2018: 54).

Também o ensino utilitário, voltado para o mercado de trabalho, passa a ser valorizado em detrimento das áreas de humanidades.

Tais ataques seriam extensíveis ao governo, à imprensa e à ciência como um todo, que são apresentados como redutos de esquerdistas. Assim, o fascismo rebaixa todos os debates, reduzindo-os ao campo ideológico. O próprio debate político tem a sua linguagem rebaixada em um esforço de reduzir a capacidade geral de compreensão da realidade. O discurso fascista não dialogaria com o intelecto, mas com as emoções (raiva, medo) dos cidadãos. O objetivo final seria “fortalecer o poder [do chefe] e a identidade tribal [da nação]” (Stanley 2018: 48, 65), bem como obliterar a realidade.

O governo Bolsonaro também aposta claramente na desinformação e no ataque aos institutos de pesquisa. Dentre seus seguidores há terraplanistas, revisionistas históricos e negacionistas da pandemia de COVID-19. A perseguição às universidades é uma tônica da atual gestão.

Irrealidade

Após desacreditar jornalistas, professores e especialistas, a política fascista destruiria a nossa base comum de realidade. Nesta conjuntura, o chefe fascista poderia mentir descaradamente, pois a verdade se tornaria uma questão de ponto de vista. Ao dar vazão a opiniões outrora vistas como chocantes e deploráveis, tais políticos passam a ser vistos como mais autênticos – livres da censura do “politicamente correto”.

Assim, o campo fica livre para que se disseminem teorias de conspiração com os mais diversos propósitos. Tais teorias jogariam ainda mais descrédito sobre a imprensa, que supostamente ocultaria verdades da população. Deste modo, se generalizariam paranoias, medos, desconfianças mútuas na sociedade. Neste cenário caótico, restaria somente a palavra do líder fascista como a única fonte segura daquilo que é ou não verdade (Stanley 2018: 66 f.).

Pós-verdade, fake news, obscurantismo e negacionismos ganham um lugar central na agenda do governo brasileiro, onde, atualmente, os fatos são esgarçados e substituídos por narrativas ideológicas sem compromisso com a noção de verdade. Opondo-se a todas as evidências em contrário, Bolsonaro afirma que não há desmatamento da Amazônia, que os dados sobre as queimadas são falsos, que a OMS mente sobre a pandemia, que a cloroquina é o melhor tratamento para COVID-19, que os governos petistas objetivavam “perverter” sexualmente as crianças, a fim de destruir a família tradicional por meio de um “kit gay” – inexistente – e de mamadeiras em formato de falo distribuídas nas creches públicas.

Hierarquia

Outra estratégia utilizada pela retórica fascista é a naturalização e o aprofundamento das desigualdades já existentes na sociedade. Em contrapartida, todos os discursos que pregam a igualdade são apresentados como uma subversão da natureza das coisas, servindo de armas para que os grupos subalternos se rebellem

e dominem os grupos tradicionalmente dominantes.

Neste sentido, grupos privilegiados são apresentados como “merecedores” de privilégios, enquanto os grupos dominados seriam os “não merecedores”. Na lógica fascista, a igualdade seria um caminho seguro para a degeneração social (Stanley 2018: 94).

Nas palavras do próprio Bolsonaro (2017) em 08 de fevereiro de 2017, durante um comício em Campina Grande, “as minorias devem se curvar à maioria”, devem se adaptar ou “desaparecer”. Bolsonaro defendia a “família tradicional” cristã brasileira e as “pessoas de bem”. Em sua visão, as minorias são os não cristãos, os indígenas, os negros, LGBTQ+, mulheres, feministas, esquerdistas e todos os que não se enquadram na categoria abstrata das pessoas de bem, fieis ao “cristianismo” ao qual ele pertence e o qual representa (Bolsonaro 2017).

O Presidente já declarou, publicamente, que mulheres devem receber salários menores que os dos homens, pois engravidam, sendo por isso menos produtivas.

Vitimização

O fascismo também equipara o avanço da igualdade social à discriminação dos grupos dominantes. Assim, estimula-se o vitimismo branco, frente ao antirracismo; o vitimismo masculino, ante o avanço do feminismo; o vitimismo hetero, ante as conquistas LGBTs, e assim por diante.

A angústia pela perda do status dominante passa, desse jeito, a ser manipulada para se converter em vitimização e ressentimento do grupo dominante ante o grupo dominado. Esta “vitimização coletiva” reforçaria uma identidade de grupo baseada em cor de pele, religião ou origem étnica, estimulando um “nacionalismo tóxico” que se contrapõe a um “inimigo”, que pode habitar dentro ou fora das fronteiras do país. Esta é a política do “nós” contra “eles” – o cerne da política fascista (Stanley 2018: 109).

Para Bolsonaro, padrões seriam vítimas das leis trabalhistas; brancos seriam vítimas de ações afirmativas e fazendeiros, vítimas de leis ambientais; o homem branco heterossexual é a vítima dos crescentes ataques das minorias. Ele declarava seu vitimismo abertamente enquanto deputado: “Nós somos as vítimas!” (Bonin 2011). Segundo ele, em um país fundado pelo genocídio e escravidão de indígenas e negros, a vítima é o homem branco.

Lei e Ordem

A construção do “nós” em oposição a “eles”, no seio da sociedade, conduziria a uma rígida política de lei e ordem. Para Stanley (2018: 112), “a retórica fascista de lei e ordem é explicitamente destinada a dividir os cidadãos em duas classes: aqueles que fazem parte da nação escolhida, que são seguidores das leis por natureza, e aqueles que não fazem parte da nação escolhida, que são inerentemente sem lei”.

Por isso, feministas, negros, gays e imigrantes poderiam ser enquadrados como criminosos natos, cuja própria

existência, por si só, poderia ser enquadrada como criminosa. Após incutir este medo na sociedade, o líder fascista se apresenta como seu único protetor, aquele que pode manter estes grupos afastados, em seu “devido lugar”.

No Brasil, Bolsonaro se vê como o concretizador da ordem. O “povo quer hierarquia, respeito, ordem e progresso” (Richter 2019), diz ele, enquanto sinaliza mais uma vez que as Forças Armadas podem ser utilizadas para promover a “ordem”. Citando diretamente o líder fascista Benito Mussolini, diz que prefere ter um dia como leão ao passar cem anos como cordeiro. O leão fascista, literalmente citado, é um dos modelos máximos de como o fascismo impõe o que entende por ordem, ao custo da mais cruel violência.

Ansiedade sexual

O líder fascista se apresentaria para a nação como figura equivalente a um pai. Por isso, toda ameaça à estrutura patriarcal familiar também representaria uma ameaça ao seu projeto de poder. A independência econômica das mulheres e a liberdade sexual dos indivíduos serão sempre apresentados como elementos de pânico para a sociedade, constituindo verdadeiras ameaças à virilidade da nação.

Nesta narrativa, entra em cena a figura do estuprador nato, violador da pureza, aquele que polui o sangue da nação. Negros, muçulmanos, imigrantes, até mesmo mulheres transexuais – seriam todos estupradores em potencial. Destarte, o ataque fascista aos ideais

de liberdade e igualdade se traveste de defesa da segurança de mulheres e crianças, algo entendido por todos como legítimo (Stanley 2018: 137).

A obsessão fálica e a repressão sexual estão entre as mais fortes – e caricatas – características do fascismo brasileiro. Durante as eleições, mobilizou-se a propaganda para consternar o país com a suposta depravação sexual de professores, que se utilizariam de um “kit gay” (totalmente fictício) para perverter sexualmente crianças e adolescentes. A homofobia e a repressão sexual são parte permanentes do imaginário bolsonarista.

Sodoma e Gomorra

A imagem de Sodoma e Gomorra seria evocada, historicamente, por grupos fascistas para se referir aos grandes centros urbanos. Nestas narrativas, as cidades são sempre apresentadas como antros de degradação: redutos de imigrantes, negros, homossexuais, minorias religiosas, e de uma elite corrompida, financista e parasitária. Em contrapartida, o campo seria um reduto de virtude e pureza; de lá emanaria a verdadeira cultura nacional. Na zona rural estariam os verdadeiros trabalhadores, produtivos e pagadores de impostos. O campo representaria a autossuficiência da nação, já a cidade, o parasitismo.

O ódio fascista ao meio urbano representa o ódio ao cosmopolitismo, ao progressismo, à tolerância e à diversidade, típicos das grandes metrópoles. Já o campo seria exaltado por sua xenofobia, religiosidade e tradicionalismo. Por isso,

segundo Stanley (2018: 141 f.), zonas rurais seriam grandes redutos eleitorais da extrema direita, e as grandes cidades seriam freios ao seu avanço político.

Em um primeiro momento, é lícito dizer que o fenômeno do bolsonarismo no Brasil contraria as previsões de Stanley, segundo as quais o fascismo seria mais forte entre eleitores das zonas rurais – supostamente mais conservadoras – e perderia força nos grandes centros urbanos, mais cosmopolitas. Bolsonaro foi um sucesso eleitoral sobretudo nas grandes cidades, mesmo nos estados e nas regiões onde perdeu a eleição.

Contrariando as previsões de Stanley, o grosso da população rural (sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, Norte e Nordeste) demonstrou menos apoio a Bolsonaro do que as populações urbanas. Tal fenômeno pôde ser observado mesmo na região Nordeste, onde ele é menos popular. Lá, a popularidade de Bolsonaro é maior nas capitais e regiões metropolitanas quando comparada com o interior rural daqueles estados.

Tal fenômeno merece um estudo aprofundado, mas, preliminarmente, pode ser atribuído sobretudo a uma profunda redução da pobreza extrema nos rincões do Brasil quando o Partido dos Trabalhadores (PT) governava o país. Neste período também houve melhora significativa na infraestrutura destas regiões: a chegada da energia elétrica, criação de cisternas nas regiões de seca, entre outros. Outro fator que não pode ser desconsiderado é um menor uso da internet e das redes sociais por

estas populações, o que as torna menos acessíveis às redes de fake news e à propaganda fascista como um todo. Esta singularidade do caso brasileiro torna a nossa experiência com a extrema direita diferente daquela observada no norte global.

No entanto, as fortes ligações do bolsonarismo com ruralistas e desmatadoressão evidentes: latifundiários, madeireiros, grandes mineradoras etc. constituem uma base sólida de apoio ao atual governo. Bolsonaro, apesar de ter morado por muitas décadas no Rio de Janeiro, se esforça para parecer sertanejo, alguém comprometido com a pureza de uma terra idílica. Bolsonaro tem amplo apoio do “triplo B”, a bancada da Bíblia, da Bala, e do Boi. Isto é, de parlamentares ligados a (1) grupos advindos de diversas igrejas evangélicas e dos setores mais conservadores do catolicismo brasileiro, que se unem na defesa de pautas antiprogressistas; (2) parlamentares e lobistas ligados aos interesses da indústria bélica e de grupos militares e militarizados; e, enfim, (3) parlamentares e lobistas do agronegócio, dos grandes pecuaristas e ruralistas de modo geral.

Bolsonaro parece não criticar diretamente as grandes cidades e os espaços urbanos, mas sistematicamente ataca gays, lésbicas, feministas e “esquerdistas”, que seriam minorias urbanas distantes dos valores do homem “macho” do campo, chefe da família tradicional do “bem”. Enfim, Bolsonaro representa os interesses da elite rural brasileira.

“Arbeit Macht Frei”

Em diversos campos de concentração nazistas, a frase “Arbeit Macht Frei” (o trabalho liberta) era posta na entrada, insinuando que suas vítimas eram “preguiçosas e parasitárias” (Stanley 2018: 151). No fascismo, somente os “produtivos” da nação, pagadores de impostos, seriam os legítimos “merecedores” do Estado de bem-estar social.

Daí a defesa do desmanche da assistência pública e o ódio aos sindicatos – que lutam por direitos e promovem a solidariedade de classe, acima da solidariedade étnica, racial ou religiosa. Esse desmanche, associado à leis mais rígidas, produziria o encarceramento em massa das minorias. O preconceito a elas se somaria ao preconceito aos ex-presidiários, produzindo, assim, um tipo de desemprego direcionado a grupos específicos, empurrando-os novamente à criminalidade e reforçando os estereótipos fascistas lançados sobre eles. A política fascista, portanto, não se contentaria em mentir sobre as minorias, mas criaria as condições para que suas mentiras se tornassem “verdades”. Essa ideologia darwinista social não toleraria pessoas “fracas”, “improdutivas” e “dependentes do Estado” (Stanley 2018: 170 ff.).

É claro que os campos de concentração nazistas representam uma das piores coisas na história humana. Mas a analogia, aqui, é bastante pontual: assim como os nazistas glorificavam o trabalho, classificando os judeus como “vagabundos”, “improdutivos” e “parasitas”, o fascismo busca dividir a sociedade a partir de um

critério meritocrático, culpando os pobres pela própria pobreza, marginalizando as periferias e concebendo os guetos como antros de degradação social (Stanley 2018: 148,151).

Bolsonaro passou a sua vida pública afirmando que as minorias eram preguiçosas, tal qual os povos indígenas e quilombolas, que, segundo ele, não fariam nada para merecer as terras que possuem. O lema utilizado pelos nazistas, “O trabalho liberta”, foi repetido pela SECOM – Secretaria Especial de Comunicação Social – do Governo de Bolsonaro para divulgar suas ações em redes sociais (Fellet 2020).

Entre Stanley e Bolsonaro: Limites e extrapolações

Mais que um projeto intelectual e acadêmico, o livro de Stanley (2018: 183) cumpre um propósito político: “tentei (...) explicar a sua estrutura para que ele [o fascismo] possa ser reconhecido e combatido”. Assim, este artigo constitui um esforço de dar continuidade a este projeto. Ao aplicarmos as ferramentas analíticas fornecidas por ele ao caso brasileiro, concluímos, inequivocamente, que estamos diante de um governo fascista em curso no país.

A abordagem que Stanley faz ao fascismo oferece uma métrica com dez parâmetros bem definidos a partir dos quais podemos mensurar em que medida, em quais pontos, um governo é fascista. No entanto, tais parâmetros devem ser tomados como gerais, mas não “universais” em sentido forte. Isto é, eles condensam tendências históricas observadas, mas não “essências” imutáveis e necessárias.

Com relação ao Brasil, outros componentes sociológicos e históricos não podem ser ignorados. Qualquer análise meticulosa dos rumos da sociedade brasileira deve levar em conta outros ingredientes, como o ethos escravagista da classe média e da “elite” nacional (Souza 2019) e o racismo estrutural que nos marca profundamente (Almeida 2019).

O governo Bolsonaro reúne todas as características da ideologia fascista listadas na obra de Stanley. Mas vai além, possuindo traços próprios que o tornam pitoresco. Destaca-se o uso do humor, da performance, do exagero, de declarações que oscilam entre o absurdo e o ridículo como forma de manter um clima de tensão política que o beneficiaria, preservando sua base de apoio sempre “excitada”, com a sensação de que há uma luta em curso e que é preciso defender seu líder. Outras peculiaridades são a ligação com segmentos do movimento neopentecostal brasileiro e a postura subserviente em relação a Donald Trump.

Nesse ponto, há uma característica do governo Bolsonaro que nos parece contrária não somente à abordagem de Stanley, mas à percepção comum que temos sobre o fascismo. Enquanto os governos fascistas são autenticamente – e não só retoricamente – ultranacionalistas, promovendo o culto da nação como elemento estruturante da ideologia, o governo Bolsonaro até se esforça na construção de tal estética, como demonstramos anteriormente, mas faz apelo a uma espécie de aliança internacional de nações que representariam o “bem” – os Estados Unidos, Israel e o próprio Brasil,

com acenos esporádicos a nações do Leste Europeu. Da mesma forma, há uma constante oposição e produção de tensões contra as nações que representariam o mal, a saber, a Venezuela, Cuba e a China.

Pensemos no slogan “Brasil acima de tudo” do governo federal. Há a intenção clara de exaltação de uma determinada tradição nacionalista. No entanto, há também algo novo na ideologia propagada por Bolsonaro: O internacionalismo mítico. Em manifestações de apoio a Bolsonaro, com frequência observamos bandeiras de Israel e Estados Unidos. A ideia de uma tríade Brasil-Israel-Estados Unidos (Cordeiro 2018) possui força simbólica entre seus seguidores, que enxergam Israel como berço da civilização ocidental, de onde provêm os valores religiosos fundamentais do Ocidente, e os Estados Unidos, como seu guardião.

A América Latina à sombra do fascismo?

No momento, o Brasil é o epicentro do neofascismo na América Latina. A influência geopolítica do Brasil na região é significativa, um Brasil autoritário pode desestabilizar o cenário local, sobretudo o sul-americano. O futuro da América Latina se vê ameaçado pelo populismo autoritário de extrema direita.

No entanto, a América Latina possui um histórico de reincidência e resistência aos assaltos dos autoritários, de todas as bandas do espectro político. A América Latina sobrevive, mesmo com suas Veias Abertas, como diria Eduardo Galeano. Pode ser que esse mais novo roubo antidemocrático da extrema

direita não prospere por muito tempo. Os movimentos populares no Chile, que resultaram em ampla vitória no plebiscito por uma nova Constituição, e os resultados eleitorais mais recentes na Argentina e na Bolívia podem indicar uma mudança de rumo. Todavia, ainda é prematuro emitir qualquer sentença nesse sentido. O que sabemos certamente é o que nos disse Gabriel Garcia Márquez (1995): A América Latina existe, e a despeito do momento atual vivido, por mais obscuro que seja, resistirá e reexistirá.

A aproximação com os Estados Unidos fez sentido enquanto Donald Trump esteve no poder. Mesmo após a vitória de Joe Biden, Bolsonaro reforçou as declarações de Trump de que as eleições norteamericanas teriam sido fraudadas e foi um dos últimos reconhecer a vitória do democrata.

Bibliografia

Almeida, Silvio (2019): *Racismo Estrutural*, São Paulo: Pólen.

Bolsonaro, Jair M. (2017): *As Minorias Tem que se Curvar às Maiorias*, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6clkWMKeDhs&feature=youtu.be>> (20/12/2020).

Bonin, Robson (2011): *Na Câmara, Bolsonaro se diz vítima de preconceito por ser homossexual*. G1 Política, em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/na-camara-bolsonaro-se-diz-vitima-de-preconceito-por-ser-homossexual.htm>> (Acesso em 20/12/2020).

Cordeiro, Thiago (2018): *Qual é a ideia religiosa que une Jair Bolsonaro e Donald Trump em relação a Israel*. Especial para

a Gazeta do Povo, em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/qual-e-a-ideia-religiosa-que-une-jair-bolsonaro-e-donald-trump-em-relacao-a-israel-1437t3ek7512e3m1f2atuf/>> (Acesso em 20/12/2020).

Fellet, João (2020): *Mensagem do governo com alusão ao nazismo agrade vítimas do Holocausto, diz rabino*, São Paulo: BBC News Brasil, em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52626218>> (Acesso em 20/12/2020).

Márquez, Gabriel G. (2011): *América Latina existe*, em: https://elpais.com/diario/2010/10/23/babelia/1287792762_850215.html (Acesso em 15/01/2021).

Richter, André (2019): "Povo quer hierarquia, respeito, ordem e progresso", diz Bolsonaro. Presidente defendeu ainda atuação das Forças Armadas, *Agência Brasil – Política*, em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/povo-quer-hierarquia-respeito-ordem-e-progresso-diz-bolsonaro>> (Acesso em 20/12/2020).

Souza, Jessé (2019): *A Elite do Atraso*, Rio de Janeiro: Sextante/Estação Brasil.

Stanley, Jason (2018): *Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles"*, São Paulo: L&PM.

Struck, Jean-Philip (2020). Bolsonaro finalmente reconhece Joe Biden como presidente eleito dos EUA. *DW. Notícias*, em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-finalmente-reconhece-joe-biden-como-presidente-eleito-dos-eua/a-55953296>>. (Acesso em 20/12/2020)